

LEGISLATIVE PRIORITIES

Pension reform

For the last three decades, the growth of Brazilian public expenditure above the performance of the GDP and the increase of expenditures linked to the country's revenue have threatened Brazil's economic sustainability. Taking advantage of a structural reforms agenda, it is of utmost importance that Brazil improves its social security system and reduce the pressure on the budget to leverage not only public investment, but also the growth of the economy. The new social security legislation must be compatible with the population's demographic profile; rebalance the relation between revenue and expenditure in an equitable manner; and present clear rules of transition for citizens already in the job market.

Ratification of the Madrid Protocol

Signed in 1989 and with ratification pending in the Brazilian Congress, the Madrid Protocol optimizes the process of international trademark registration, reducing both deadlines for obtaining registration and the cost for protecting them. The ratification of the protocol will allow Brazil to integrate an efficient system of trademark protection that reaches more than 80% of world trade. The instrument counts today with 97 countries and has the potential to leverage foreign investments in technological development and innovation.

Protocol for the Revision of the International Convention on the Simplification and Harmonization of Customs Procedures (Revised Kyoto Convention)

The ratification of the revised Kyoto Convention is an important step for Brazil on trade facilitation. It will allow the country's effective insertion into a system of best customs practices recognized by the World Trade Organization. The Protocol contains measures to simplify customs procedures involving management, information and cooperation between the various administrations involved.

Management, organization and social control of regulatory agencies

The quality of a country's regulatory framework and the predictability of its processes are essential factors for the development of its business environment. With 10 federal regulatory agencies and a large economy, Brazil must be committed to having agencies with full decision-making autonomy, strategic management plans, clear provisions on public hearings and consultations, an efficient system of Regulatory Impact Analysis and, technical criteria for the choice of its board of directors.

Reform and simplification of the tax system

The complexity and legal uncertainty of Brazil's tax system are great challenges for companies that invest, produce and employ in the country. The sustainable growth of the Brazilian economy requires a deep revision of tax obligations and administrative fiscal procedures. It is necessary that this system is harmonious and serve not as a barrier to the private sector's investments and activities.

Environmental Licensing

In a scenario of resumption of growth and increasing opportunities for investment in infrastructure, the improvement of Brazilian framework on environmental licensing became an immediate necessity. Today, the unpredictability and delay of the licensing processes are presenting challenges that compromise the competitiveness and raise investment costs in the country. There are a series of positive bills in the Brazilian Congress to ensure greater transparency and standardization to the environmental licence process, adjusting the different rights to the projects' profiles and stimulating the issuance of licences prior to bidding rounds.

PRIORIDADES LEGISLATIVAS

Reforma da Previdência

Há três décadas, o crescimento das despesas públicas brasileiras acima da performance do Produto Interno Bruto e o aumento das despesas do Estado vinculadas à sua receita têm colocado em xeque a sustentabilidade econômica do País. Neste momento de implementação de uma agenda estrutural de reformas, é essencial que o Brasil aprimore o seu sistema previdenciário e reduza a pressão sobre o orçamento para alavancar não apenas os investimentos públicos, mas também o crescimento orgânico e distribuído da economia. É necessário que a nova legislação previdenciária seja compatível ao perfil demográfico da população; reequilibre a relação entre receitas e despesas de maneira equitativa; e apresente regras claras de transição para os cidadãos já inseridos no sistema.

Ratificação do Protocolo de Madrid

Firmado em 1989 e com ratificação pendente pelo Congresso, o Protocolo de Madrid otimiza o processo de registro internacional de marcas, reduzindo tanto os prazos de obtenção de registros quanto o custo para a proteção desses registros. A ratificação do Protocolo permite que o Brasil se integre a um sistema de proteção de marcas que alcança mais de 80% do comércio mundial. O instrumento conta com 97 países contratantes e tem potencial de alavancar investimentos estrangeiros em desenvolvimento tecnológico e inovação.

Protocolo de Revisão da Convenção Internacional para a Simplificação e a Harmonização dos Regimes Aduaneiros

A ratificação da Convenção de Quioto Revisada é um importante passo a ser dado pelo Brasil pela facilitação do comércio, e permitirá a inserção do País em um sistema de melhores práticas aduaneiras reconhecido pela OMC. Dentre os aprimoramentos previstos pelo Protocolo, estão medidas de simplificação de procedimentos aduaneiros que envolvem gestão, informatização e cooperação entre as diversas Administrações envolvidas.

Gestão, organização e controle social das agências reguladoras

A qualidade do aparato regulatório de um País e a previsibilidade de seus processos são fatores essenciais para o desenvolvimento do seu ambiente de negócios. Com 10 agências reguladoras federais e uma economia de tamanha expressão, é importante que o Brasil tenha agências com plena autonomia decisória, planos estratégicos de gestão, previsibilidade quanto à participação da sociedade civil, um sistema eficiente de análise de impacto regulatório e critérios técnicos para a escolha de seus dirigentes.

Reforma e simplificação do sistema tributário

A complexidade e a insegurança jurídica que envolvem o sistema tributário brasileiro são desafios relevantes para as empresas que investem, produzem e empregam no País. O crescimento sustentável da economia brasileira prescinde de uma profunda revisão das obrigações tributárias e dos procedimentos administrativos fiscais. É necessário que esse sistema seja harmônico e sirva não como barreira à competitividade, mas como estímulo ao desenvolvimento e aos investimentos na atividade produtiva.

Licenciamento ambiental

Em um cenário de retomada do crescimento e de oportunidades de investimento em infraestrutura, o aprimoramento da legislação sobre licenciamento ambiental passou a ser uma necessidade imediata. Hoje, a imprevisibilidade e a demora dos processos são desafios estruturantes que comprometem a competitividade das empresas e elevam os custos dos investimentos no País. Tramitam no Congresso Nacional projetos que conferem maior transparência e padronização à tramitação dos processos, adequando os ritos ao perfil dos empreendimentos e estimulando o licenciamento prévio à oferta de projetos de grande porte.